

CLASSE, ESTADO E CAPITAL-IMPERIALISMO: INSTRUMENTOS PARA ENTENDER O TEMPO PRESENTE

Lisia Cariello¹

Resumo: Este trabalho visa recuperar alguns importantes teóricos marxistas para instrumentalizar a análise do tempo presente. Partindo do debate acerca da categoria “classe” (e seu par dialético “luta de classe”), passando pela compreensão conceitual de Estado e sociedade civil de Hobbes, Locke, Marx e Gramsci, chegar-se-á à tentativa de apreender a fase do capitalismo que se iniciou depois da crise dos anos 1970. Objetiva-se destacar suas permanências e mudanças, estas principalmente no que concerne à dominação estadunidense e à organização das elites transnacionais.

Palavras-chave: Teoria; Classes sociais; Estado; Capitalismo.

Abstract: This work aims to recover some important Marxist theorists to instrumentalize the analysis of the present time. Starting from the debate about the category "class" (and its dialectical pair "class struggle"), going through the conceptual understanding of state and civil society of Hobbes, Locke, Marx and Gramsci, the attempt will be made to apprehend the phase of the capitalism that began after the crisis of the 1970s. It aims to emphasize its permanences and changes, these mainly in what concerns to American domination and the organization of the transnational elites.

Keywords: Theory; Social classes; State; Capitalism.

A relevância da categoria “classe” foi questionada nas últimas décadas devido às mudanças ocorridas no capitalismo desde a crise dos anos 1970, a saber: uma nova fase da internacionalização do capital; mudanças na produção, como o encolhimento industrial, a introdução de novas tecnologias; e o neoliberalismo, forma estatal dessa nova fase do capitalismo em que direitos historicamente conquistados são suprimidos em nome de um “Estado mínimo”.

Marcelo Badaró, em seu texto sobre a atualidade do debate de classe e luta de classe, argumenta que esta discussão deve ser feita a partir de dois eixos: o recuo do emprego das categorias em questão por cientistas sociais e às razões pelas quais estes pesquisadores creem que esta conceitualização não é mais pertinente. Este segundo eixo se explica pelas mudanças de sociabilidade tratadas anteriormente.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). lisiacariello@hotmail.com

A análise sobre o fim da centralidade do trabalho, típica dos anos 1980, caiu por terra nos anos 1990 dada a realidade desta década, já que as inovações tecnológicas intensificaram o ritmo da produção *pari passu* com a redução do número de trabalhadores, e o fordismo se readaptou, expandindo-se para novos domínios. Essas mudanças, na verdade, não traduzem o fim da classe, mas, sim, sua mudança de perfil.

A partir da análise histórica da categoria “classe”, Badaró de Mattos busca mostrar que Marx e Engels não criaram este conceito, mas certamente trouxeram novo conteúdo para ele. Ao fazer isso, os autores demarcaram um método de estudo da sociedade completamente atual que conjuga a crítica ao modo de produção vigente, qual seja o capitalismo, e a visão histórica desse processo de produção e reprodução da vida social. No bojo desta teoria-metodologia está a categoria “classe”. Entretanto, ao longo do século XX, outros autores marxistas se debruçaram sobre esta categoria na tentativa de atualizar o pensamento, tendo em vista as mudanças ocorridas no mundo. Lênin, revolucionário russo, busca assim defini-la:

“As classes são grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam em um sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações em que se encontram com respeito aos meios de produção (relações que as leis referendam e formulam em sua maior parte), pelo papel que desempenham na organização social do trabalho, e, conseqüentemente, pelo modo e proporção em que recebem a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, um dos quais pode apropriar-se do trabalho de outro por ocupar postos diferentes em um regime determinado de economia social.” (LÊNIN *apud* MATTOS, 2007, p.39)

Lênin, neste trecho, busca enfatizar a dimensão relacional das classes, na esteira do pensamento marxiano. Junto à perspectiva relacional, é importante enfatizar a necessidade de entender a classe na sua historicidade e, nesse sentido, Marcel van der Linden é um autor atual que defende a ampliação da noção de “classe trabalhadora”.

Em seus trabalhos, van der Linden parte das contribuições marxianas, reconhecendo os limites, para propor uma história global do trabalho, que para ele é uma área de interesse preocupada em produzir uma história transnacional e transcontinental. O autor busca alargar o que se entende por formas de ação e organização coletiva dos trabalhadores entendendo a história do capitalismo como a história do trabalho compulsório, tanto físico quanto econômico. Para ele, ao ampliar o campo de visão para a escala global, pode-se observar que todas as formas de trabalho coexistem e, muitas vezes, se complementam. Nesse sentido, para o pensamento do

historiador holandês, o que existe em comum a todos os trabalhadores subalternos é a mercantilização coagida de sua força de trabalho.

Para pensar quem compõe a classe trabalhadora hoje, as contribuições de E. P. Thompson são fundamentais. Isso porque ele, em seus estudos, procurou estabelecer nexos entre o modo de produção e a consciência através da experiência. Assim, entende “classe” como uma categoria histórica, em que o fenômeno histórico deve prevalecer sobre a teorização:

“A classe se delinea segundo o modo como homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do ‘conjunto de suas relações sociais’, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural.” (THOMPSON, 2012, p.277)

O historiador inglês, pois, entende que a classe e a consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau do processo histórico real. Portanto, uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma, senão, não é ainda, uma classe. Para além dessa contribuição, Thompson diferencia dois usos feitos por pesquisadores de “classe” enquanto categoria historiográfica: o primeiro como referência ao conteúdo histórico correspondente, qual seja, a sociedade capitalista industrial do século XIX; o segundo, como recurso para organizar uma evidência histórica, mesmo que anterior à Revolução Industrial. Neste último uso, anacrônico, é preciso, de acordo com Thompson, que o pesquisador tenha cautela para não interpretar as evidências históricas de acordo com as concepções posteriores de “classe”.

Ainda no âmbito dos historiadores sociais britânicos, Eric Hobsbawm aponta, em “Sobre História”, as dificuldades em escrever uma história vista de baixo. Elenco algumas: a quantidade e a diversidade do material para esses estudos, as dificuldades técnicas (como mensurar o que seria classe ao longo do tempo), os problemas conceituais – estes dois últimos em íntima relação com o debate de Thompson, ambos pensando entre as décadas de 1950 e 1960. Para Hobsbawm, a classe não define um grupo de pessoas em isolamento, mas um sistema de relações tanto verticais quanto horizontais e, portanto, uma pesquisa sobre classe deve envolver o resto da sociedade da qual ela faz parte.

Sobre o avanço do debate de classe e luta de classe, não poderia deixar de citar Antonio Gramsci. O italiano levou para o terreno da luta política mais ampla a questão

da consciência de classe, localizando-a nas relações de força e na construção da hegemonia de dominação burguesa contemporânea a ele. Em seu pensamento, influenciado pelas mudanças do capitalismo na virada do século XIX para o XX, em especial pela afirmação do imperialismo, o pensador volta sua atenção para a análise do Estado e das dominações de classe, que se complexificam. Esse fenômeno de complexificação é denominado por Gramsci de ocidentalização que, com efeito, é o fortalecimento da sociedade civil e o conseqüente surgimento de uma estrutura social e estatal mais complexa. Nesse sentido, o Estado em Gramsci é entendido como uma totalidade dialética formada pela sociedade civil e pela sociedade política, resultando em um “Estado integral” (ou Estado Ampliado).

Ao compreender o Estado de maneira ampliada, Gramsci se afasta da visão liberal, que divide o Estado e a sociedade civil. Hobbes (1588-1679), por exemplo, entendia o contrato social como uma necessidade humana tendo em vista sua natureza agressiva. Ao dar poder ao Soberano, este deveria assegurar a pacificação entre os governados, regulando, dirigindo e controlando a natureza humana.

“E, ainda que paradoxalmente, competiria a esse Estado exatamente assegurar direitos cuja origem derivaria da natureza (vida, liberdade, propriedade). Do pacto decorreria a sociedade civil, como uma entidade antitética ao estado de natureza. O termo sociedade civil, Governo e Estado seriam assim equivalentes (BOBBIO, 1992, p.125). Obedecendo à lógica deste argumento, alguns momentos de vida humana teriam caráter político ou civil, isto é, recobertos pelo direito, que se diferenciavam daquela outra contenção da natureza humana assegurada por regras religiosas (o direito civil se sobrepunha ao direito canônico). Estes momentos socialmente contidos coexistiriam em espaços ‘naturais’, como a família, as relações afetivas e, finalmente, com o momento econômico ou privado, onde prevaleceriam os apetites ‘naturais’. Nestes, permaneceria reinando a natureza, na qual incluíam a propriedade, a família e todas as relações não mencionadas pelo pacto.” (FONTES, 2010, p.125)

Nesse sentido, a sociedade civil é compreendida como contraposição ao Estado, já que o pacto asseguraria uma mudança de comportamento “selvagem” para uma contenção legal, com regras estabelecidas. Ampliando o pensamento de Hobbes, Locke (1632-1704) enfatiza a propriedade privada. E entende a sociedade civil de maneira dupla: de um lado, todos os homens integram a sociedade civil; de outro, somente os detentores de propriedade são membros integrais dela.

O pensamento marxiano reelabora e aprofunda a definição de Estado e de sociedade civil de Hegel conferindo a eles historicidade. Assim, o Estado é conceituado como elemento histórico, ligado à existência de classes sociais e não expressa um momento de universalidade efetiva (FONTES, 2010, p.130). O Estado, para Marx e

Engels, expressa a generalização dos interesses dominantes e a sociedade civil burguesa é entendida por eles como o conjunto das relações econômicas e, portanto, relações sociais de exploração. Estas relações estão também no Estado por ser este indissociável das relações sociais de produção.

Gramsci recria o conceito de sociedade civil e faz três importantes indagações: 1) como se organiza e se exerce a dominação de classes nos países de capitalismo desenvolvido? ; 2) Sob que condições os setores subalternos empreendem suas lutas de forma a direcioná-las para a superação do capitalismo? ; 3) como a organização social, aproximada do Estado, contribui para um projeto político que almeja a plena realização dos indivíduos?

Apesar de muitos teóricos enfatizarem o conceito de “sociedade civil” na obra de Gramsci, é importante pontuar que esta ideia só pode ser compreendida no bojo do Estado Ampliado. Ao contrário do que argumenta Bobbio, que define Antonio Gramsci como um teórico das superestruturas, que enxerga a sociedade civil idilicamente organizada, Mendonça defende: “(...) a premissa de que o Estado atua para manter as condições de dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora no mundo capitalista encontra-se em sua obra e não pode – nem deve – ser minimizada.” (MENDONÇA, 2018, p.7)

O conceito gramsciano de Estado pode ser definido, mais ampla e organicamente, como a totalidade dialética formada pela sociedade civil e a sociedade política, resultando o Estado Integral (ou Estado Ampliado). Assim, em seu sentido restrito, o Estado restrito é composto pelos organismos governamentais incumbidos da administração, da organização dos grupos em confronto, do exercício da coerção sobre os que não consentem e, portanto, corresponde ao domínio direto ou de comando. A sociedade civil é o momento organizativo a mediar as relações de produção e a organização do Estado, produzindo organização e convencimento (FONTES, 2010, p.137).

Na relação ampliada da sociedade política e da sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções: dos aparelhos privados de hegemonia, que têm por função a construção/condução do consenso, em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da legislação, da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes

através da sociedade civil. Para Gramsci, a peculiaridade do Estado capitalista reside em guardar, simultaneamente, um espaço de consenso e de coerção. Entretanto, os níveis de consenso e coerção variam de acordo com o momento histórico.

O pensamento gramsciano se esforça sempre no sentido de apontar as formas que se constroem socialmente as vontades coletivas e como elas se organizam no bojo da luta de classes. Nesse movimento, duas categorias são indispensáveis: partido político e intelectual orgânico. O partido desempenha na sociedade civil a função do Estado e, assim, busca

“(...) elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’, até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade integral, civil e política.” (GRAMSCI *apud* FONTES, 2010, p.137 e 138)

Os intelectuais orgânicos são funcionários gestados pela própria classe que desenvolvem função de direção e organização da hegemonia social de um grupo. São, pois, os efetivos organizadores das vontades e das ações coletivas.

Buscando entender as mudanças ocorridas no capitalismo na virada do XIX para o XX e também no século XXI, Virgínia Fontes tenta aproximar as contribuições de Gramsci já desenvolvidas com as de Lênin, mais especificamente sobre o imperialismo. Na acepção leniniana, o imperialismo incorporou a dominação econômica capitalista anterior numa nova dinâmica mais concentrada, e abrangendo o mundo. Não eliminou a concorrência, mas a deslocava sob o peso dos monopólios. A autora discorre acerca dos usos do termo “imperialismo” feitos no século XX. Para ela, houve dois principais movimentos: uma ampliação esvaziada, em que o conceito foi expandido e levou à suposição de que o capitalismo sempre foi imperialista, abrindo margem para a confusão entre “império” e “imperialismo”; e uma redução restritiva, em que imperialismo se tornou quase sinônimo da expansão imperialista dos Estados Unidos.

Assim, para Fontes, falar de capital-imperialismo é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômica e a Guerra Fria. Fontes caracteriza o capital-imperialismo como o domínio do capital monetário, expressando a dominação da pura propriedade capitalista e seu impulso avassaladoramente expropriador e afirma que essas modificações atravessaram o conjunto da vida social, ou seja, as empresas, o mundo do trabalho, a organização

política, a dinâmica da produção científica, etc. Entretanto, em sua forma capital-imperialista, o capital aprofunda um traço intrínseco, permanente e devastador: sua necessidade imperativa de reprodução ampliada, sua expansão em todas as dimensões da vida social. A autora propõe, assim, uma análise articulada entre o social e a vida econômica.

Virgínia Fontes aponta, ao longo de sua argumentação, algumas características constitutivas do capital-imperialismo, quais sejam: o “entrelaçamento pornográfico” de capitais, ou seja, a exacerbação e a concentração de capitais, que trazem uma nova escala de propriedade dos recursos sociais de produção e das expropriações, convertendo todo conjunto da vida social em mercadoria; um emaranhado de redes associativas das classes dominantes; modificações de formatos de controle via colonização direta; instâncias internacionais de gestão intercapitalistas voltadas para garantir a expansão e a extração de mais-valor em escala crescente internacional (acordo de Breton Woods, FMI ², criação do Grupo Banco Mundial - constituído pelo BIRD ³, AID ⁴, SFI ⁵, MIGA ⁶, ICSID ⁷); lutas por independência e processos revolucionários na África e na Ásia; blocos econômicos, ou seja, alianças entre competidores internacionais; planos de reconstrução da infraestrutura e da economia (ex. Plano Marshall ⁸); tratados militares (OTAN ⁹, por ex.); novas formas de disciplinamento da classe trabalhadora; formação de quadros econômicos, políticos e ideológicos do e para o grande capital, além da captura e desmobilização dos subalternos.

A autora enxerga, ainda, certa sofisticação e incorporação de três novos elementos no capital-imperialismo pós 1968. O primeiro, o encapsulamento das lutas (ambientalismo, feminismo, direitos) em suas localidades. O segundo, o combate à pobreza como questão de segurança nacional, ou “pobretologia” como chama Fontes. Nesse processo, a desigualdade se torna pobreza, que acaba sendo naturalizada e, assim,

² Fundo Monetário Internacional.

³ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

⁴ Associação Internacional de Desenvolvimento.

⁵ Corporação Financeira Internacional.

⁶ Agência Multilateral de Garantia de Investimentos.

⁷ Centro Internacional para Resolução de Controvérsias sobre Investimentos.

⁸ O Plano Marshall foi um programa de recuperação européia captaneado pelos Estados Unidos para a reconstrução dos países aliados nos anos seguintes à Segunda Grande Guerra e vigorou entre 1947 e 1951. O Plano pode ser interpretado como uma tentativa dos EUA de garantir que os países destruídos pela guerra permanecessem capitalistas, tendo em vista a conjuntura da Guerra Fria.

⁹ A Organização do Tratado do Atlântico Norte nasceu em 1949 como um pacto militar de auxílio mútuo composta por países do bloco capitalista. Ainda hoje a Organização é atuante, entretanto, ampliou sua esfera de interferência para os campos econômico e comercial dos países-membros.

perde-se do horizonte o caráter de classe do fenômeno. Vale dizer que esta pobretologia é um instrumento importante na disputa por hegemonia, conceito do arsenal gramsciano de análise, que é a supremacia de uma classe social, tanto no domínio quanto na direção intelectual e moral. A hegemonia evidencia a tensão da dominação entre coerção e consenso. O terceiro elemento novo pós 1968 é a repartilha do mundo via incorporação de sócios minoritários ao capital-imperialismo, o que agudiza as tensões intercapitalistas a uma nova escala.

Ainda pensando acerca das mudanças no capital-imperialismo, Fontes complexifica sua análise trazendo elementos a partir dos anos 1990. Para ela, esta década trouxe uma abertura de novas fronteiras para a expansão das condições de reprodução ampliada. Aqui, cito três: ajuda humanitária e suas relações com ONGs (Organizações Não-Governamentais) e grandes corporações; o estímulo ao trabalho voluntário; e o combate ao terrorismo.

O combate ao terrorismo também pode ser entendido como guerra sem fim. Como demonstra Ellen Wood, em seu livro “O Império do Capital”, que pretende decifrar também um pouco do imperialismo, mais especificamente o norte-americano, os Estados Unidos precisam demonstrar, pela força militar, que é capaz de chegar a qualquer parte, a qualquer hora e produzir danos: “é dessa possibilidade de guerra sem fim que o capital tem necessidade para sustentar sua hegemonia sobre o sistema global de múltiplos Estados.” (WOOD, 2014, p.124)

O que Wood procura demonstrar ao longo da obra é que o imperialismo estadunidense atual é de novo tipo. A autora divide o fenômeno “imperialismo” em três: o da propriedade (Roma e Espanha), o do comércio (Império Árabe-Muçulmano, o veneziano e o holandês) e o “imperialismo excedente” (os EUA, que dominam a “globalização” atualmente, mas, antes, visitando a dominação inglesa que o precedeu). Partido da história mundial, acaba por cair nos problemas apontado por Fontes: usa império e imperialismo como sinônimos nos dois primeiros casos e, ao mesmo tempo, toma como o império do capital os Estados Unidos.

O argumento da historiadora americana é que o Estado é hoje mais essencial do que nunca mais o capital, mesmo em sua forma global. A forma política da globalização não é um Estado global, mas um sistema global de Estados múltiplos, e a forma específica do novo imperialismo vem da relação complexa e contraditória entre poder

econômico expansivo do capital e o alcance mais limitado da força extraeconômica que o sustenta. O objetivo, pois, de colocar a história em perspectiva, segundo Wood, é evidenciar a especificidade do imperialismo capitalista, observando-o contra o pano de fundo de outros estados imperiais.

Ao chamar o imperialismo estadunidense de excedente, a autora enfatiza o poderio militar dos EUA. Para ela, este tipo de imperialismo é o primeiro em que o poder militar foi criado não para conquistar territórios nem para derrotar rivais, mas, sim, para garantir uma possibilidade guerra a todo momento.

Buscando pensar também o papel do Estado, mas com ênfase na argumentação para organização e dominação política, Dreifuss, em “A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional – 1918-1986”, pretende analisar a ação política das classes dominantes não apenas em momentos excepcionais, mas na normalidade, procurando consolidar seus objetivos de direção política e ideológica da sociedade. Para isso, procura definir o que é a ação política dos interesses dominantes; quem realiza estas ações, ou ainda, quem são estes agentes, sua emergência histórica, o seu desenvolvimento, objetivos e funções; e, finalmente, o que é realizado, ou seja, as tarefas e as atividades específicas.

Lançando mão de um aporte teórico gramsciano, o uruguaio teoriza sobre “elite orgânica” partindo da ideia de “intelectual orgânico” do italiano, que está vinculado a um projeto de classe ou de uma fração de classe. Assim, para René Dreifuss, a elite orgânica é um conjunto articulado de agentes político-ideológicos especializados no planejamento estratégico e na implementação da ação política de classe (DREIFUSS, 1987, p.24). É, portanto, de acordo com sua argumentação, um momento mais avançado na consciência de classe capitalista que visa superar a ideia de partido político de Gramsci. Nesse sentido, enquanto o Partido visa o governo, a elite orgânica visa o Estado.

Para explicar melhor a ação política, Dreifuss diferencia “córTEX político” de “estado maior”. O primeiro, sendo um núcleo de vanguarda político-intelectual, é um órgão que atua na direção de visualização de objetivos estratégicos e táticas em cenários modificáveis e é, para Dreifuss, uma mediação essencial para garantir certa unidade classista. O segundo é um órgão capaz de operacionalizar os objetivos táticos, modificando com sua ação as relações de força.

Esse processo de organização da classe dominante está inserida no bojo da transnacionalização produtiva e da globalização do capital, nos termos do cientista político. Para ele, a reorganização econômica mundial fez com que a empresa multinacional passasse a corporificar no campo da política um novo sistema nervoso central de maneira embrionária. Assim, o empresariado transnacional percebe que precisa ir além do poder econômico, ou seja, é preciso desenvolver uma competência organizacional própria e a capacidade política de influenciar, quando não determinar, as diretrizes nacionais e políticas, orientando o mercado e as instituições estatais no seu país ou para além das fronteiras nacionais.

A ação política das elites transnacionais se torna, pois, fundamental para a realização do capitalismo global. As classes dominantes se organizam, dessa maneira, através de seus aparelhos de estado nacional e pela viabilização de seu poder classista supranacional. Neste argumento, Dreifuss se aproxima da análise de Wood, principalmente no que diz respeito à importância dos Estados nacionais.

Dreifuss encontra em sua pesquisa núcleos de ação dessas elites orgânicas que têm papel decisivo na formulação da política interna dos EUA, Japão e Europa Ocidental. No caso da América Latina, o uruguaio argumenta que as elites orgânicas levaram-na a estrear de forma dinâmica na mais recente fase da globalização - lembrando que ele está escrevendo na década de 1980 - do capital, do desenvolvimento monopolista e de transnacionalização de novas estruturas de poder político.

Ao longo desta argumentação tentamos trazer subsídios ancorados na teoria marxista para analisar o tempo presente, as mudanças no perfil da classe trabalhadora e as mudanças do arranjo da elite. Portanto, passando e nos embasando pelo conceito de classe e luta de classe, as mudanças no jogo político nacional e internacional dadas principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, mas, principalmente, a partir da década de 1970. Esse recorte temporal se dá, primordialmente, porque é por conta da crise do capitalismo do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 que mudanças no processo produtivo, na relação com a economia e com a política que o capital vai se rearranjando sem perder de vista sua característica estrutural e estruturante: a sua necessidade de expansão e a busca pela valorização do valor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DREIFUSS, René. *A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. *Cadernos do cárcere*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

HOBBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LINDEN, Marcel van der. *Trabalhadores do mundo: ensaios para uma História global do Trabalho*, Campinas, Edunicamp, 2013.

MATTOS, Marcelo Badaró de. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Revista Em Pauta, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, n.20, p.33-55, 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Pesquisando com Gramsci: sugestões metodológicas. In: MENDONÇA, Sônia Regina de; LAMOSA, Rodrigo (orgs.). *Gramsci e a pesquisa histórica*. Curitiba: Appris, 2018, p.7-24.

THOMPSON, E.P. Algumas considerações sobre classe e “falsa consciência”. In:
THOMPSON, E.P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. 2ed. Campinas:
Editora da Unicamp, 2012, p.269-281.

WOOD, Ellen. *O império do capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.